

Alteração ao Aviso Nº ACORES-53-2020-28

Na sequência da publicação do Aviso para Apresentação de Candidaturas nº ACORES-53-2020-28, de 25 de setembro, relativo ao Objetivo Especifico 3.3.1 – “Reforçar a capacitação empresarial das empresas regionais para a competitividade”, procede-se à seguinte alteração:

No ponto 2. Beneficiários

Onde consta:

- a) Associações Empresariais;
- b) Entidades Públicas envolvidas em redes e Associações de direito privado sem fins lucrativos.

Passa a constar:

- a) Associações Empresariais, individualmente ou em copromoção.
- b) Entidades Públicas envolvidas em redes e Associações de direito privado sem fins lucrativos, individualmente ou em copromoção.

No ponto 7. Modalidades e procedimento para apresentação de candidaturas

Onde consta:

7.1.1. Documentos Relativos ao Beneficiário:

Passa a constar:

7.1.1. Documentos Relativos ao(s) Beneficiário(s):

No ponto 9. Critérios de elegibilidade das operações

Passa a constar o ponto 9.2. Os projetos desenvolvidos em copromoção devem, para além do estabelecido nos pontos anteriores, identificar a entidade líder da operação que assegura a incorporação na sua atividade da parcela mais significativa do investimento ou a que for designada por todos, desde que seja responsável por uma parcela relevante do investimento do projeto, à qual compete assegurar a coordenação geral do projeto e a interlocução com os vários beneficiários e entre estes e a entidade financiadora em tudo o que respeite à gestão técnica, administrativa e financeira do projeto.

No ponto 10. Elegibilidade das despesas

No ponto 10.1. onde consta:

Os custos elegíveis apresentados nos pedidos de pagamento do beneficiário, assentam numa base de custos reais, tendo de ser justificados através de faturas pagas ou outros documentos contabilísticos de valor probatório equivalente, exceto para as despesas que integram o ponto viii, às quais será aplicada a modalidade de custos simplificados, calculados com base numa taxa fixa de 15% dos custos elegíveis diretos com pessoal, de acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 68º do Regulamento (UE) nº 1303/2013 e conforme previsto na Orientação da Autoridade de Gestão nº 2/2015 – Formalização de pedidos de pagamento e análise da despesa aprovadas (v.2_agosto 2016).

No ponto 10.1. passa a constar:

Os custos elegíveis apresentados nos pedidos de pagamento do beneficiário, assentam numa base de custos reais, tendo de ser justificados através de faturas pagas ou outros documentos contabilísticos de valor probatório equivalente, exceto para as despesas que integram o ponto viii, às quais será aplicada a modalidade de custos simplificados, calculados com base numa taxa fixa de 15% dos custos elegíveis diretos com pessoal, de acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 68º do Regulamento (UE) nº 1303/2013 e conforme previsto na Orientação da Autoridade de Gestão nº 2/2015 – Formalização de pedidos de pagamento e análise da despesa aprovadas (v.2_agosto 2016).

O valor referente às despesas com ajudas de custo não é contabilizado no valor dos custos diretos com pessoal para efeitos de aplicação da taxa de 15% de custos indiretos, devendo estar separado, de forma clara, para a mesma componente 01- Custos com Pessoal, a verba do anexo 1C e a verba das ajudas de custo.

Angra do Heroísmo, 28 de outubro de 2020

O Gestor do Programa Operacional para os Açores 2020,

Rui von Amann

REPUBLICAÇÃO DO AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Aviso Nº AÇORES-53-2020-28

PROGRAMA OPERACIONAL PARA OS AÇORES 2020

Eixo Prioritário 3

Competitividade das Empresas Regionais.

Prioridade de Investimento 3.3

Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.

Objetivo Específico 3.3.1

Reforçar a capacitação empresarial das empresas regionais para a competitividade.

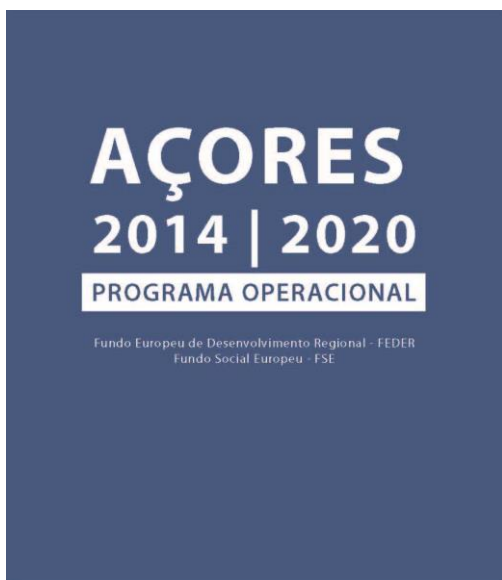
Domínios de Intervenção

(63) – Apoio a grupos de empresas (clusters) e redes de empresas, sobretudo em benefício das PME

(66) - Serviços avançados de apoio a PME e grupos de PME (incluindo serviços de gestão, marketing e design)

Tipologia da Intervenção

(53) - Qualificação e inovação das PME.



Índice

Enquadramento	6
1. Objetivos	6
2. Beneficiários	7
3. Tipologias de operação	7
4. Definições	7
5. Âmbito Geográfico	7
6. Dotação financeira, taxa de cofinanciamento e natureza do financiamento	7
7. Modalidades e procedimento para apresentação de candidaturas	7
7.1. Documentos a apresentar com a candidatura	8
8. Critérios de elegibilidade dos beneficiários	9
9. Critérios de elegibilidade das operações	9
10. Elegibilidade das despesas	10
10.1. Despesas Elegíveis	10
10.2. Despesas não elegíveis	11
11. Seleção de candidaturas	12
12. Identificação dos resultados a alcançar	12
13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas	12
13.1. Análise	12
13.2. Decisão	13
14. Obrigações ou compromissos específicos dos beneficiários	14
15. Modalidades e os procedimentos de apresentação, análise e decisão dos pedidos de pagamento	15
16. Acompanhamento e controlo da execução das operações	15
17. Condições de alteração da operação	15
18. Contatos	16
ANEXOS	17
Anexo 1 - Metodologia para a determinação do mérito dos projetos	
Em ficheiros autónomos:	
Anexo 1.1 Orientação ACORES-53-2020-28	
Anexo 1C - Mapa de gastos pessoal proposto	
Anexo 2 - Documentos Instrução Candidatura	
Anexo 3 - Declaração Compromisso do beneficiário	
Anexo 4 - DECLARAÇÃO (artº 14 DL 159)	
Anexo 5 - Check-list Verificação do cumprimento da legislação ambiental	
Anexo 6 - Chek-list Igualdade entre H e M e Igualdade de Oportunidades e da não Discriminação	
Anexo 7 - Declaração IVA	
Anexo 8 - Declaração Não Conclusão	

Enquadramento

Nos termos da Resolução do Conselho de Governo n.º 156/2014, de 6 de novembro, nomeadamente no que concerne às competências da Autoridade de Gestão do Programa Operacional para os Açores 2020 (PO) e do Regulamento de Acesso às Prioridades de Investimento do PO Açores 2020 financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), constante da Resolução do Conselho de Governo n.º 30/2015, de 26 de fevereiro (doravante designado por Regulamento de Acesso), foi elaborado o presente aviso para apresentação de candidaturas (AAC), de acordo com n.ºs 1, 6 e 7 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

1. Objetivos

De acordo com a Carta Regional de Competitividade da Região Autónoma dos Açores, os diagnósticos realizados ao tecido empresarial açoriano revelam fragilidades no domínio das práticas de gestão e na capacitação dos empresários regionais face a um contexto de globalização económica cada vez mais presente e uma baixa produtividade das empresas regionais, reforçando assim algumas das recomendações já elaboradas anteriormente, designadamente a necessidade da aposta na cooperação interempresarial e interinstitucional.

Num enquadramento de globalização dos mercados e das tecnologias e num ambiente concorrencial cada vez mais alargado e indutor de novos modelos de negócio, de organização e de gestão estratégica, onde as parcerias de eficiência coletiva assumem particular relevância, pretende-se reforçar e alargar a carteira de atividades e produtos transacionáveis, tendo em vista um melhor posicionamento, por parte das empresas regionais, no contexto nacional e internacional e, conseqüentemente, a criação de riqueza, concomitante com um forte incremento da produtividade e criação de empregos.

Nesse sentido, têm vindo a ser desenvolvidos planos de capacitação empresarial para o acesso e consolidação de novos mercados, em cooperação com as associações representativas dos agentes económicos, envolvendo a realização de feiras e exposições dirigidas aos empresários e produtos e serviços regionais, e a dinamização de um conjunto diversificado de iniciativas de divulgação das potencialidades económicas da Região, das suas vantagens competitivas e da notoriedade dos Açores.

A necessidade de uma maior integração de esforços e de concentração dos meios, orientada para os nichos de mercado onde a produção regional de bens e serviços adquire vantagens competitivas, impõe que as operações a desenvolver corporizem uma montagem institucional assente em acordos de parceria estabelecidos com as autoridades regionais responsáveis pela prossecução de políticas públicas de carácter empresarial, nos domínios da capacitação e da competitividade.

Os resultados esperados visam o reforço da capacidade empresarial tendo em vista uma aposta renovada na qualidade e diferenciação de alguns produtos e serviços, especialmente os baseados nos recursos naturais da Região (produtos alimentares, produtos turísticos, produtos associados à exploração do recurso marinho, produtos locais diversificados com elevado aumento na cadeia de valor), associando, de forma inteligente,

inovação e tradição e complementarmente, desenvolver estratégias de marketing e comunicação, que vinculem a Região a uma imagem de competitividade e mais-valia ambiental.

2. Beneficiários

- a) Associações Empresariais, individualmente ou em copromoção.
- b) Entidades Públicas envolvidas em redes e Associações de direito privado sem fins lucrativos, individualmente ou em copromoção.

3. Tipologias de operação

São elegíveis as seguintes tipologias de operação:

- c) Ações de âmbito coletivo associadas à demonstração, sensibilização ou difusão de boas práticas em domínios relevantes para o desenvolvimento das fileiras produtivas em que as empresas se inserem e dos territórios em que se localizam, bem como no domínio da competitividade e internacionalização das empresas;
- d) Workshops, seminários e ações de sensibilização junto dos empresários para os fatores críticos da competitividade (inovação, TIC, engenharia de processo, etc.) e da internacionalização.

4. Definições

Ao presente AAC aplicam-se as definições constantes no artigo 3º do Regulamento de Acesso.

5. Âmbito Geográfico

São elegíveis as operações localizadas na Região Autónoma dos Açores, prevalecendo a regra de elegibilidade territorial em função do local onde ocorrem as operações ou onde residam os seus beneficiários.

6. Dotação financeira, taxa de cofinanciamento e natureza do financiamento

A dotação máxima do FEDER afeta ao presente Aviso é de 100.000,00€ (cem mil euros).

A taxa de cofinanciamento do FEDER é de 85%, incidindo sobre o custo total elegível.

No âmbito do presente Aviso, a forma de financiamento reveste a natureza de subvenção não reembolsável.

7. Modalidades e procedimento para apresentação de candidaturas

A apresentação de candidaturas é feita através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt/>), instruída nos termos e condições fixadas no presente AAC e no Anexo 2.

Para o efeito, a entidade beneficiária deverá obter a acreditação prévia necessária no Balcão 2020, que constitui o ponto de acesso aos Programas Operacionais financiados pelos FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento) para todas as entidades que pretendam candidatar a financiamento os seus projetos.

Ao abrigo do presente Aviso, a apresentação de candidaturas decorrerá em contínuo desde 26 de setembro de 2020 até 30 de novembro de 2020.

7.1. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura e dos respetivos anexos, a candidatura deverá incluir:

7.1.1. Documentos Relativos ao(s) Beneficiário(s):

- a) Enquadramento do beneficiário e da atividade a desenvolver em sede do IVA;
- b) Declaração em como a entidade beneficiária não incorre em qualquer dos impedimentos e condicionamentos previstos no artigo 14º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro.

7.1.2. Documentos Relativos à Operação:

- a) Justificação da necessidade e da oportunidade da realização da operação, incluindo a demonstração do enquadramento em instrumentos de política pública em vigor, para as áreas de intervenção aplicáveis;
- b) Descrição da operação a desenvolver, evidenciando o seu enquadramento nas tipologias de operação do presente AAC, caracterizando a natureza e âmbito da ação coletiva, bem como o conjunto das atividades, a sua articulação e coerência interna;
- c) Informação sobre os indicadores de realização e de resultado da operação;
- d) Fundamentação do contributo da operação para cada um dos Critérios de Seleção definidos no Anexo 1 do presente Aviso;
- e) Justificação do grau de maturidade da operação (indicação da fase atual do processo e calendarização das fases seguintes);
- f) Pareceres/licenças e autorizações prévias à execução do investimento, quando aplicável, ou pedidos às entidades competentes quando os mesmos não foram ainda emitidos;
- g) Contratos/protocolos de parceria celebrados com as autoridades regionais responsáveis pela prossecução de políticas públicas de carácter empresarial, em domínios da capacitação e da competitividade;
- h) Documentos comprovativos das fontes de financiamento da operação, nomeadamente a inscrição em Plano, Orçamento, Plano de Atividades ou documento(s) equivalente(s) aprovados;

- i) Documentos justificativos dos custos associados às componentes/rubricas do investimento (contratos, propostas aprovadas, orçamentos, faturas pró-forma ou documento(s) equivalente(s)).

A candidatura deve ainda conter outra informação complementar que o proponente considere útil e pertinente para a sua análise.

8. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Para além das condições gerais de acesso previstas no artigo 8º do Regulamento de Acesso, os beneficiários devem estar previstos nas tipologias do nº 2. do presente Aviso.

As condições de elegibilidade do beneficiário devem ser reportadas à data da candidatura, sendo admissível que as mesmas possam ser comprovadas no limite até à assinatura do “termo de aceitação”.

Os beneficiários deverão evidenciar o documento comprovativo do estabelecimento de parcerias com as autoridades regionais no âmbito da prossecução de políticas públicas de carácter empresarial, em domínios da capacitação e da competitividade.

Os beneficiários previstos na alínea b) do nº 2 do AAC deverão evidenciar envolvimento em redes que configurem a natureza coletiva das operações

9. Critérios de elegibilidade das operações

9.1 Para além dos critérios previstos no artigo 6º do Regulamento de Acesso, as operações devem ainda cumprir os seguintes requisitos:

- a) Enquadramento em instrumentos de política pública em vigor, para aos domínios de intervenção aplicáveis;
- b) Ter uma natureza coletiva, abrangente e não discriminatória, que possa responder a riscos e oportunidades comuns de um conjunto alargado de empresas e, da sua execução, resultarem benefícios potenciais para as empresas alvo ao desenvolverem-se como medidas de carácter geral, se traduza na disponibilização livre e universal de todos os seus resultados e destinadas a reforçar a competitividade da economia regional;
- c) Adequado grau de maturidade da proposta apresentada, não podendo encontrar-se materialmente concluída ou totalmente executada à data de apresentação da candidatura;
- d) Contrapartida regional do financiamento assegurado;
- e) No caso dos projetos geradores de receitas, cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro;
- f) Cumprimento dos normativos em matéria de contratação pública;
- g) Respeito pelas políticas comunitárias em matéria de igualdade de género e igualdade de oportunidades, ambiente e desenvolvimento sustentável. Como parte da promoção da não

discriminação promovida pela União Europeia, cada candidatura deve comprometer-se evitar qualquer discriminação em razão do sexo, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. Em particular, a acessibilidade para pessoas com deficiência deve ser tida em conta na elaboração e implementação do projeto.

9.2. Os projetos desenvolvidos em copromoção devem, para além do estabelecido nos pontos anteriores, identificar a entidade líder da operação que assegura a incorporação na sua atividade da parcela mais significativa do investimento ou a que for designada por todos, desde que seja responsável por uma parcela relevante do investimento do projeto, à qual compete assegurar a coordenação geral do projeto e a interlocução com os vários beneficiários e entre estes e a entidade financiadora em tudo o que respeite à gestão técnica, administrativa e financeira do projeto.

10. Elegibilidade das despesas

10.1. Despesas Elegíveis

10.1.1. As elegibilidades das despesas estão previstas no artigo 11º do Regulamento de Acesso, com as exceções estabelecidas no ponto 10.2.

10.1.2. Para efeitos da alínea g) do nº 3. do artigo 11º do Regulamento de Acesso, consideram-se ainda como elegíveis as seguintes despesas:

- i. Criação, registo e lançamento de marcas próprias de natureza coletiva;
- ii. Aluguer de espaços e equipamentos para ações de promoção e divulgação das atividades e resultados do projeto, incluindo suporte logístico;
- iii. Despesas com a implementação de ações de sensibilização, informação e demonstração;
- iv. Despesas de suporte às ações demonstradoras, designadamente as de transporte, seguros, montagem e desmontagem;
- v. Promoção e divulgação das atividades e resultados do projeto, incluindo despesas com o desenvolvimento criativo, com a produção ou aquisição de média, matérias, gráficos de promoção e informação e materiais audiovisuais e multimédia;
- vi. Promoção de concursos e respetivos prémios;
- vii. Despesas com pessoal direto dedicado às atividades da operação, incluindo deslocações e estadas, no respeito pelas regras constantes da Orientação da Autoridade de Gestão n.º 2/2015 - Formalização de pedidos de pagamento e análise da despesa aprovadas (v.2_ agosto 2016);
- viii. Custos indiretos, nos termos das orientações aprovadas.

Os custos elegíveis apresentados nos pedidos de pagamento do beneficiário, assentam numa base de custos reais, tendo de ser justificados através de faturas pagas ou outros documentos contabilísticos de valor

probatório equivalente, exceto para as despesas que integram o ponto viii, às quais será aplicada a modalidade de custos simplificados, calculados com base numa taxa fixa de 15% dos custos elegíveis diretos com pessoal, de acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 68º do Regulamento (UE) nº 1303/2013 e conforme previsto na Orientação da Autoridade de Gestão nº 2/2015 – Formalização de pedidos de pagamento e análise da despesa aprovadas (v.2_agosto 2016).

O valor referente às despesas com ajudas de custo não é contabilizado no valor dos custos diretos com pessoal para efeitos de aplicação da taxa de 15% de custos indiretos, devendo estar separado, de forma clara, para a mesma componente 01- Custos com Pessoal, a verba do anexo 1C e a verba das ajudas de custo.

10.2. Despesas não elegíveis

10.2.1. No âmbito das operações, não são elegíveis as seguintes despesas:

- a) Trabalhos de construção civil;
- b) Aquisição de imóveis, incluindo terrenos;
- c) Aquisição de equipamentos;
- d) O IVA, salvo se for efetiva e definitivamente suportado pelo beneficiário. O IVA recuperável, por qualquer meio que seja, não pode ser considerado elegível, mesmo que não tenha sido ou não venha a ser efetivamente recuperado pelo beneficiário;
- e) As contribuições em espécie, quer sejam bens móveis ou imóveis ou trabalho não remunerado, salvo se estiverem preenchidas as condições previstas no nº 1 do artigo 69º do Regulamento (EU) nº 1303/2013 de 17 de dezembro;
- f) Os custos com amortizações, salvo se estiverem preenchidas as condições previstas no nº 2 do artigo 69º do Regulamento (EU) nº 1303/2013 de 17 de dezembro;
- g) As despesas com contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante cofinanciado ou das despesas elegíveis da operação;
- h) Os encargos de operações financeiras, as comissões e perdas cambiais e outras despesas meramente financeiras. Excetuam-se os custos inerentes às diferentes modalidades de prestação de garantias, prestadas por bancos ou outras instituições, desde que estas sejam exigidas pela legislação nacional ou comunitária ou pela decisão da Comissão Europeia que aprova o PO, ou pela Autoridade de Gestão;
- i) As despesas com honorários de consultas jurídicas, despesas notariais e despesas de contabilidade e de auditoria. Excetuam-se as despesas diretamente ligadas à operação e necessárias à sua preparação ou execução ou, tratando-se de despesas de contabilidade e auditoria, as que estiverem relacionadas com exigências da Autoridade de Gestão;
- j) As despesas com multas, sanções financeiras e despesas com processos judiciais;

- k) A despesa paga em numerário ou compensação e quaisquer outros meios de pagamento que não a transferência bancária a partir de uma conta bancária cujo beneficiário é o titular, com exceção em que se revele ser este o meio de pagamento mais frequente, em função da natureza das despesas, e desde que num quantitativo unitário inferior a 250 euros;
- l) Transações ocorridas entre entidades participantes na operação;
- m) Os custos relacionados com a compra de equipamentos utilizados;
- n) Despesas com a preparação e elaboração da candidatura.

10.2.2. Para além das despesas referidas no número anterior, não são objeto de apoio financeiro as despesas que tenham sido realizadas sem o respeito pelas regras e princípios aplicáveis, designadamente no que se refere a contratação pública.

11. Seleção de candidaturas

Os projetos são selecionados através do indicador de Mérito do Projeto (MP), em função de critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO AÇORES 2020 tendo em conta os coeficientes de ponderação e a metodologia de cálculo apresentados no Anexo 1.

Os projetos são selecionados até ao limite orçamental definido no ponto 6. do AAC.

12. Identificação dos resultados a alcançar

Os projetos a apoiar devem identificar de forma clara os resultados a atingir, sendo objeto de contratualização com a Autoridade de Gestão.

13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

O processo de análise e decisão sobre as candidaturas apresentadas a financiamento do PO é efetuado de acordo com o estabelecido no artigo 16º do Regulamento de Acesso.

13.1. Análise

- a) Verificação dos critérios de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como da elegibilidade das despesas, a qual será efetuada em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos nº 6º, 8º e 11º do Regulamento de Acesso, conjugadas com as constantes dos pontos 8, 9 e 10 do presente Aviso;
- b) Seleção das candidaturas admitidas através de uma análise de Mérito do Projeto, com base nos critérios de seleção e na metodologia aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional e constantes do Anexo 1 ao Aviso;

- c) A comprovação da aplicação dos critérios de seleção consta do processo da análise e seleção da candidatura;
- d) Concluída a análise das candidaturas e antes de ser adotada a decisão final, os beneficiários são ouvidos no procedimento, nos termos legais, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

13.2. Decisão

A tomada de decisão sobre o financiamento é exercida pela Autoridade de Gestão, em conformidade com a análise e a seleção anteriores e após auscultação da respetiva Comissão de Seleção.

A decisão sobre as candidaturas pode ser favorável, desfavorável ou favorável, mas condicionada à satisfação de determinados requisitos.

Sobre a calendarização do processo de decisão, incluindo a data limite para a comunicação da decisão às entidades proponentes:

- a) A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida no prazo de 45 dias úteis a contar da data da respetiva apresentação. O prazo referido suspende-se quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez, ou quando sejam solicitados pareceres externos independentes dos órgãos de governação do PO. A não apresentação pelo beneficiário, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determinará a análise da candidatura apenas com os elementos disponíveis;
- b) Os beneficiários são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos. Nos termos do nº 3 do Artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, a realização da audiência prévia referida no parágrafo anterior suspende a contagem do prazo fixado de 45 dias úteis para a adoção da decisão.
- c) Na eventualidade do beneficiário apresentar alegações em sede de audiência prévia a reapreciação da candidatura deverá ocorrer no prazo de 20 dias úteis;
- d) A decisão é notificada ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis a contar da data da sua emissão, e formalizada mediante o envio do “termo de aceitação”;
- e) No “termo de aceitação” constarão, e quando aplicável, os seguintes elementos:
 - i. Identificação do beneficiário;
 - ii. Identificação do PO, do fundo, do eixo, da prioridade de investimento, do objetivo específico, da tipologia da operação e dos códigos europeus correspondentes;

- iii. Identificação da operação;
 - iv. Descrição sumária da operação;
 - v. Identificação dos resultados e das realizações contratualizadas;
 - vi. Plano financeiro, com discriminação das componentes/rubricas aprovadas e respetivos montantes;
 - vii. Datas de início e de conclusão da operação;
 - viii. Custo total, custo elegível, com justificação das diferenças entre o custo total e o custo elegível, se aplicável;
 - ix. Plano financeiro anual, com discriminação das componentes/rubricas aprovadas e respetivos montantes;
 - x. Montante anualizado do custo elegível da operação por fontes de financiamento, apoio público (comunitário e nacional), participação do beneficiário e as respetivas taxas de participação;
 - xi. A identificação das condições exigidas para acautelar a boa execução da operação;
 - xii. Conta bancária do beneficiário afeta ao projeto, para efeitos de comprovativos da despesa paga e dos pagamentos comunitários recebidos;
 - xiii. Prazo para a assinatura e devolução do termo de aceitação.
- f) A aceitação do apoio é feita mediante assinatura de termo de aceitação ou submetida eletronicamente com a devida autenticação;
- g) A decisão de aprovação caduca caso não seja assinado ou submetido pelo beneficiário o “termo de aceitação”, no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da sua notificação, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela Autoridade de Gestão.

14. Obrigações ou compromissos específicos dos beneficiários

Conforme artigo 14º do Regulamento de Acesso, as obrigações dos beneficiários são as que se encontram consagradas no nº 1 do artigo 24º do Decreto-Lei nº 159/2014 de 27 de outubro, sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação europeia ou nacional.

As entidades beneficiárias ficam ainda obrigadas a:

- a) Iniciar a execução da operação no prazo máximo de 120 dias após a assinatura do termo de aceitação;
- b) Cumprir o calendário de execução física e financeira, aprovado para a operação;
- c) Comunicar à Autoridade de Gestão qualquer alteração ou ocorrência que ponha em causa os pressupostos relativos à aprovação da operação;

- d) Respeitar as normas estabelecidas na legislação ambiental e nos programas e planos territoriais vigentes, quando aplicável;
- e) Quando justificável, realizar ações de divulgação junto dos potenciais utilizadores e do público em geral;
- f) Apresentar, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de conclusão da operação:
 - i. Pedido de Pagamento do Saldo Final da operação;
 - ii. Relatório final da operação, que deverá ser acompanhado de fotografias e outros elementos informativos, de natureza qualitativa e quantitativa;
 - iii. Auto de Receção Provisória e Conta Final da obra ou documento equivalente, que comprovem a sua conclusão, sempre que aplicável;
 - iv. Extratos contabilísticos que evidenciem o registo individualizado das despesas totais realizadas e das receitas obtidas no âmbito da operação, nos termos das obrigações contabilísticas a que cada entidade se encontra sujeita.

15. Modalidades e os procedimentos de apresentação, análise e decisão dos pedidos de pagamento

As modalidades e os procedimentos para apresentação de pedidos de pagamento obedecem ao estabelecido no artigo 17.º do Regulamento de Acesso, sendo que as especificidades relativas aos pedidos de pagamento estão consagradas na Orientação N.º 2/2015 - Formalização de pedidos de pagamento e análise da despesa (V. 2 agosto 2016) da Autoridade de Gestão.

16. Acompanhamento e controlo da execução das operações

Os apoios financeiros concedidos às operações aprovadas ficam sujeitos ao acompanhamento da sua utilização, em conformidade com a decisão aprovada, nas suas componentes material, financeira e contabilística, de acordo com normas técnicas a definir pela Autoridade de Gestão.

As operações aprovadas e as entidades beneficiárias ficam sujeitas a ações de controlo e de auditoria a realizar pelas autoridades nacionais e comunitárias com competência em matéria de certificação, auditoria e controlo dos fundos comunitários atribuídos.

17. Condições de alteração da operação

As condições de alteração da operação aprovada, obedece ao estabelecido no artigo 18.º do Regulamento de Acesso, sendo que em orientações técnicas de gestão, a Autoridade de Gestão poderá fixar elementos adicionais aos previstos.

18. Contatos

Pedidos de informação ou de esclarecimento devem ser dirigidos para:

Programa Operacional para os Açores 2020 – PO AÇORES 2020

Caminho do Meio, 58 – São Carlos

9701-853 Angra do Heroísmo

Tel.: (+351) 295 206 380; Fax: (+351) 295 206 381

poacores2020@azores.gov.pt

www.poacores2020.azores.gov.pt

Angra do Heroísmo, 28 de outubro de 2020

O Gestor do Programa Operacional para os Açores 2020,

Rui von Amann

ANEXOS

ANEXO 1

Metodologia para a determinação do mérito dos projetos

Os critérios de seleção para as operações candidatas às tipologias de investimento identificadas no ponto 3 do AAC relativas ao objetivo específico 3.3.1 – Reforçar a capacitação empresarial das empresas regionais para a competitividade (FEDER), são os seguintes:

- A. Coerência da operação com instrumentos de política pública regional** – mede o grau de relevância/prioridade da intervenção no contexto dos instrumentos de política pública regional, nomeadamente ao nível a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS 3) para os Açores;
- B. Qualidade Técnica da operação** – mede a qualidade técnica da operação através da coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução;
- C. Grau de abrangência da iniciativa** – medido pela abrangência territorial e a capacidade de aglutinar empreendedores.

O Mérito dos Projetos (MP) é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares, atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, para cada um dos critérios, de acordo com a seguinte fórmula:

a) $MP = 0,3A + 0,3B + 0,4C$ – para as tipologias a) e b).

As candidaturas serão selecionadas com base numa avaliação de mérito absoluto e para efeitos de seleção consideram-se os projetos que obtiverem uma pontuação final igual ou superior a 3,0 pontos.

Os critérios de seleção, constantes da fórmula de determinação do Mérito dos Projetos, serão pontuados com base na seguinte metodologia:

1 – O critério A – mede o grau de relevância/prioridade da intervenção no contexto dos instrumentos de política pública regional, nomeadamente a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS 3) para os Açores, avaliado pela entidade responsável pela sua implementação, do seguinte modo:

- a) Pouco relevante: 1 ponto;
- b) Relevante: 3 pontos;
- c) Muito relevante: 5 pontos.

Em que:

- Pouco relevante – operação não contribui para a concretização das prioridades definidas na Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3) para os Açores;
- Relevante – operação está enquadrada nas prioridades estratégicas da RIS3 para os Açores;
- Muito Relevante – operação está enquadrada nas prioridades estratégicas e tipologias de atuação da RIS3 para os Açores.

2 – O critério B – mede a qualidade técnica da operação através da coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução, do seguinte modo:

- a) Coerência inexistente: 1 ponto;
- b) Coerência fraca: 2 pontos;
- c) Coerência média: 3 pontos;
- d) Coerência forte: 4 pontos;
- e) Coerência elevada: 5 pontos.

Em que:

- Coerência inexistente – operação sem qualidade técnica;
- Coerência fraca – operação apenas dirigida ao público em geral, consistindo numa mera ação de divulgação/seminário/presença em certame, sem prever interação com os destinatários;
- Coerência média - operação dirigida a público específico (empresários e profissionais/empresários enquadrados em grupos específicos (ex: mesas das Câmaras de Comércio), empresários integrados em instrumentos de política pública (sistemas de incentivos, regeneração urbana, qualidade e inovação, etc)), compreendendo temáticas relacionadas com fatores críticos de competitividade, prevendo interação e participação ativa dos destinatários;
- Coerência forte – operação dirigida a público específico (jovens e potenciais empreendedores/empresários/empreendedores instalados em incubadoras), compreendendo temáticas relacionadas com fatores críticos de competitividade e preparação e participação em redes nacionais e internacionais, prevendo interação e participação ativa dos destinatários;
- Coerência elevada – operação dirigida a público específico (jovens e potenciais empreendedores/empresários/empreendedores instalados em incubadoras), compreendendo temáticas relacionadas com fatores críticos de competitividade ou preparação e participação em redes nacionais e internacionais, prevendo interação e participação ativa dos destinatários e que resulte em documentos estratégicos, de orientação para o sistema empresarial dos Açores.

3 – O critério C – medido pela abrangência territorial e a capacidade de aglutinar empresas, do seguinte modo:

Abrangência Territorial	Nº empresas envolvidas		
	≤10]10 ; 50]	>50
Ao nível concelho	1	3	5
Ao nível regional	1	2	4